

INFRA-ESTRUTURA

Para governo, turbulência não intimida investidores

ANA CECILIA AMERICANO
RIO DE JANEIRO

O 5º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, evento co-promovido por 18 organizações, teve início ontem no Rio de Janeiro ainda sob o impacto dos resultados do leilão de energia A-5, realizado nesta terça-feira. Para Marcio Zimmerman, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia; Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); e Mario Veiga, diretor da PSR Consultoria e um dos palestrantes da abertura, a contratação de 5,5 mil MW num único leilão, o equivalente a investimentos da ordem de R\$ 11 bilhões feitos exclusivamente pelo setor privado, representam a confiança que os investidores têm no setor de energia elétrica no Brasil, apesar de ter ocorrido apenas um dia depois do susto da queda nas bolsas internacionais em função da crise financeira mundial.

Ainda segundo Zimmerman, se mais hidrelétricas tivessem sido colocadas no leilão — apenas uma usina desse tipo acabou sendo oferta e arrematada —, mais teriam sido contratadas. Ele lembrou a batalha jurídica até a madrugada do leilão para cassar liminares contrárias à contratação da usina hidrelétrica de Baixo Iguaçu. “O Brasil deve ter uma forte expansão em hidrelétricas na Amazônia. Mas, no curto pra-



MAURICIO TOLMASQUIM
Presidente da EPE

zo, os desafios de meio ambiente não são (da alçada) do Ministério de Minas e Energia”, comentou.

A questão ambiental, aliás, pontuou o evento. O presidente da EPE, Tolmasquim, rebateu as críticas quanto à adoção das 23 térmicas contratadas no leilão do início da semana. “A prioridade do Brasil sempre foi hidrelétricas. Mas para colocar usinas no leilão é preciso que haja as licenças ambientais”, argumentou. “Usamos apenas um terço do potencial hídrico do País com as hidrelétricas; temos dois terços para avançar, mas essa é uma decisão da área de meio ambiente”, complementou. Para o dirigente, ter uma matriz de menor impacto ambiental — como seria o caso da que privilegia as hidrelétricas — depende das autoridades ambientais. “Se você deixa de ter hidrelétricas com reservatórios grandes, e optar por hidrelétricas de fio d’água, por exemplo, vai ser obrigado a

complementar o sistema com termelétricas. São essas as escolhas que estão na mesa”, apontou.

Na mesma linha, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, foi enfático. “Não é possível que várias entidades possam ter o poder de veto sobre um projeto de hidrelétrica: representantes de índios, do patrimônio histórico, de defesa do meio ambiente, a própria Aneel..”, listou. Para Kelman, o Brasil precisa oferecer ao investidor um ambiente de negócios atraente, diante da escassez de crédito que graça internacionalmente com a crise financeira norte-americana. “Já evoluímos muito o ambiente da regulação no senso estrito. Mas no senso maior, o ambiente não é simpático. Esse licenciamento ambiental e social é uma solução meia sola e não vai resolver o problema nacional”, concluiu. Para o regulador, também as relações do setor com o judiciário devem melhorar. “É importante que juízes não examinem os pleitos de cada questão (ambiental) isoladamente, sem ter uma visão mais sistêmica da questão, que altamente complexa”, sugeriu.

Apesar do desconforto geral com o meio ambiente, a tônica do evento migrou das preocupações com a segurança do sistema — devido a riscos de racionamento e apagões — para outras questões, como o maior custo da energia e sua qua-

lidade. “A boa notícia é que segundo nosso balanço, temos um excedente estrutural de energia até 2013”, garantiu Tolmasquim. Segundo ele, não apenas a demanda tem se demonstrado estar se desacelerando, como novas fontes até aqui não computadas — projetos de biomassa e algumas térmicas — foram bem-sucedidos devem entrar no sistema. Segundo a EPE, em 2009, o País contará com 204 MW médios sobressalentes. Em 2010, serão 1.208 MW médios; o pico estimado será em 2011, com 1.879 MW médios; caindo para 243 em 2012. “Isso sem levar em conta os novos leilões de A-3, para 2012 e 2013, ou os leilões de reserva”.

Segundo o presidente da EPE, os cálculos são bastante conservadores e, mesmo assim, o risco do sistema, que era de 5%, com esses novos números, ficará abaixo de 4%, que é o considerado satisfatório internacionalmente. Outra boa notícia é o fato de o crescimento da auto-produção de energia estar bem acima do crescimento da demanda por energia. “Devemos manter 11% ao ano nos próximos 10 anos”, diz Tolmasquim. “E isso é crucial em termos de eficiência energética, pois geralmente se dá com a cogeração a partir do aproveitamento de gases industriais. Os setores de siderurgia, papel e celulose e a indústria sucroalcooleira estão liderando esse fenômeno”, acrescentou.